

A alternativa revolucionária popular e a situação na Venezuela

Introdução

Em 2020, em meio à pandemia da COVID-19, foram realizadas eleições na Venezuela para renovar as cadeiras na Assembleia Nacional. Estas eleições aconteceram em meio a condições materiais particularmente difíceis. Por um lado, as medidas criminais coercitivas sobre o comércio internacional venezuelano afetaram todas as áreas da vida nacional, gerando uma deterioração sem precedentes nas condições de vida da classe trabalhadora. Por outro lado, a perda da qualidade revolucionária das políticas públicas contrastou abertamente com as demandas populares; salários abaixo de cinco dólares por mês, suspensão dos processos de negociação coletiva, hiperinflação de mais de quatro dígitos, mega desvalorização da moeda nacional, explosão do processo migratório por razões econômicas, deterioração significativa dos serviços públicos, foram apenas alguns dos elementos que determinaram a vida dos trabalhadores, funcionários públicos e trabalhadores informais.

Paradoxalmente, os protestos populares declinaram em meio a uma crescente deriva autoritária do governo, apoiada por uma narrativa de unidade nacional para enfrentar a agressão imperialista. Um capítulo sombrio do processo bolivariano estava sendo vivido, com a prisão e julgamento dos líderes dos trabalhadores, muitos deles com uma longa tradição consciente da classe. A criminalização da dissidência roubou o aroma libertário do processo constituinte de 1999, algo que teve precedentes durante estes vinte anos, mas nunca destas dimensões.

Isto tinha uma correlação nas relações entre as partes do chamado Grande Pólo Patriótico (GPP). O Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), uma organização criada por Hugo Chávez, sempre manteve uma relação tensa com os demais partidos políticos do GPP, que quase sempre tinha sido resolvida com acordos burocráticos para preservar a unidade. No entanto, desde 2018, as relações dentro do GPP tinham se tornado especialmente tensas, devido às exigências crescentes das fileiras dos partidos políticos desta aliança (alternativa), por um retorno à rota socialista, revolucionária e popular do processo bolivariano e, o abandono da virada da conciliação de classes, bem como uma parada na crescente dependência das políticas imperiais russas e chinesas. A falta de diálogo construtivo acelerou o distanciamento e criou as condições para o surgimento de dois blocos dentro do processo bolivariano.

Isto não nega a existência de um movimento social que luta para se libertar da polarização ou a efêmera existência de opções políticas que exigem a formação de um terceiro pólo. Certamente há uma nova situação política dentro do campo chavista desde 2020.

A nova situação política venezuelana exige uma profunda discussão da esquerda latino-americana e mundial, que permita agir como fatores de unidade revolucionária que promovam a retomada do caminho constituinte, da rota anticapitalista e distanciar-se do neoliberalismo com discurso progressista. Este não é o momento para discursos que não justificam nem claudicação de classe nem aventureirismo ultra-esquerdista.

Mapa de atores

A política é geralmente feita a partir de interesses subalternos, vísceras ou ideias perfeitas descontextualizadas da realidade. Por esta razão, parece-nos importante fazer um inventário das tensões no processo bolivariano a fim de entender por que surge a Alternativa Popular Revolucionária

(APR) e por que ela é considerada o atual polo progressista. As correlações de forças e alinhamentos mudaram significativamente durante os últimos dois anos. Portanto, uma revisão e avaliação atualizada dos atores políticos é urgentemente necessária para ver as possibilidades reais de uma renúncia do processo bolivariano ou o terrível posicionamento de novas variantes neoliberais.

As direitas

Na Venezuela, os partidos de direita deixaram de ser projetos políticos ligados à agenda neoliberal para se tornarem simples operadores dos ditames do império norte-americano e das nações imperialistas européias, ou setores pragmáticos que sobrevivem da esmola do governo venezuelano, à espera do surgimento de uma “nova situação política”.

Os partidos políticos de direita perderam toda conexão com o movimento de massas e têm uma capacidade de mobilização limitada a centenas de militantes altamente ideologizados, sectários e conflituosos.

Os quatro blocos da direita são liderados por Juan Guaido, Capriles Radonski, Henry Ramos Allup e María Corina Machado, estão estruturalmente divididos pela gestão duvidosa do financiamento obtido do Grupo de Lima e pelo ataque às finanças petrolíferas venezuelanas no exterior.

A judicialização e colocação de diretrizes Ad Hoc pelo Tribunal Supremo de Justiça deixou os partidos políticos Acción Democrática, Primero Justicia e Voluntad Popular em uma situação de ilegalidade que gera maior dispersão e incapacidade de agir no campo da ação política.

Está surgindo uma nova ala direita, dependente do executivo nacional, com representação no parlamento, o que contribui para a confusão e o desânimo das bases deste setor. O governo de Maduro conseguiu limitar a direita política à sua expressão mínima, que, sufocada, só pode apelar para uma resolução da

situação venezuelana através de uma invasão imperialista estrangeira ou de uma operação militar relâmpago. Nesse sentido, os remanescentes da direita venezuelana se tornam um setor que está na mira de opções propensas ao aventureirismo militar.

É claro que isto não exclui nenhum modelo de reagrupamento político que reconecte o direito com alguma capacidade de mobilização real, mas isso não está claro no futuro imediato.

0 PSUV e o GPP

O PSUV nunca foi um partido político nos termos clássicos. Tem sido mais uma máquina política do governo, tanto sob Chávez como sob Maduro. Embora realize seus congressos e eleja suas autoridades através de procedimentos sui generis, na realidade o PSUV é uma máquina eleitoral, para a organização da agenda social do governo e o controle do movimento social.

Entretanto, o PSUV é o maior partido da Venezuela com uma base social popular muito importante, algo que está faltando nestas organizações. Ela conseguiu construir um tecido social em torno das premissas da agenda social inicial bolivariana e da unidade contra a intervenção norte-americana. Entretanto, sua militância desenvolveu uma cultura de adiamento de críticas à burocratização e à deriva neoliberal enquanto a ameaça dos EUA permanecer. Isto a levou a desenvolver as bases de um policlassismo que não tinha em suas origens.

O PSUV expressou os equilíbrios internos do governo, tanto no passado como no presente. A visão de Chávez sobre as características da aliança civil-militar determinou sua composição durante anos e, no novo período da aliança civil-militar de Maduro, construiu novos equilíbrios que deixaram de fora atores que não tinham influência real ou não compartilhavam a volta da conciliação de classes. O PSUV passou de uma lógica de estruturação onde o centro era Chávez para um modelo de correlações contingentes no estilo do

sindicalismo burocrático latino-americano.

Muitos dos partidos políticos do GPP têm suas origens no processo bolivariano, seja por rupturas anteriores ou por organização durante o período chavista; entretanto, outros como o Partido Comunista da Venezuela têm uma longa tradição, desde as primeiras décadas do século XX, assim como a experiência do MRT ou dos Tupamaros remonta aos anos 80 do mesmo século. O Partido Patria para Todos (PPT) vem de uma ruptura com a Causa R precisamente em torno do apoio a Chávez, enquanto partidos como o de Lina Ron ou Nuevo Camino Revolucionario (NCR) foram formados no meio do processo bolivariano. A lógica de funcionamento destes partidos, muito mais orgânica, embora nem sempre mais democrática, estava longe da do PSUV. Consequentemente, os mecanismos de funcionamento e de tomada de decisões do GPP nunca foram harmonizados; no entanto, a unidade foi sempre mantida por razões ideológicas e pragmatismo burocrático.

Enquanto o PSUV é liderado principalmente por funcionários públicos e militantes ligados à dinâmica governamental, a pressão popular das bases para a retificação do curso governamental dos últimos seis anos ocorre lá em menor grau do que no PPT, PCV ou Tupamaros; alguns acreditam que ele é silenciado pelo desenvolvimento de métodos antidemocráticos de debate. A intensidade das contradições vindas de baixo com relação à virada política imposta pela atual liderança política do processo bolivariano coloca uma pressão desigual sobre os diferentes partidos do GPP.

A dramática situação do mundo do trabalho é o resultado da maior hiperinflação conhecida no continente, que levou à emissão de notas de meio milhão e um milhão de bolívares, assim como a incomparável desvalorização da moeda nacional em relação a qualquer outro momento histórico da República, que se expressa no fato de que hoje um dólar custa mais de dois milhões de bolívares. Enquanto isto está acontecendo, o salário mensal de um trabalhador não pode chegar a dez

dólares, jogando milhões de pessoas na pobreza extrema em apenas alguns anos. Tudo isso gera uma dinâmica de questionamento e distanciamento sem precedentes dos setores populares em relação à atual administração governamental. Esta pressão vinda de baixo conseguiu ser contida pelas lideranças políticas do PPT, PCV, Tupamaros, entre outros, no período 2014-2018, mas tornou-se insustentável entre 2018-2020. O acordo assinado entre o PCV e o PSUV em 2018, no qual o governo se comprometeu a parar e reverter as medidas restauracionistas que havia implementado, revelou-se impossível de ser concretizado devido à agenda de restauração avançada pelo executivo.

Portanto, os acordos sobre a distribuição de cargos para a Assembléia Nacional de 2020 foram insuficientes para evitar um deslocamento dessas partes. O PCV, PPT, Tupamaros e outras organizações dentro e fora do polo patriótico estão se aproximando da formação de uma aliança eleitoral social para as eleições parlamentares de 2020, que expressaria as aspirações de suas bases. Isto gerou a judicialização e intervenção das diretrizes e representação de partes como o PPT, Tupamaros e outros, algo que não poderia ser feito com o PCV.

Na prática, o GPP desapareceu como órgão de unidade e acordo; sua existência limita-se à formalidade da liderança do PSUV e às representações ad hoc de franquias vazias.

A APR

A decisão de formar a Alternativa Popular Revolucionária como um ensaio eleitoral unitário sem o PSUV, mesmo além da disputa parlamentar, catapultou a crise do GPP. Apesar da judicialização de muitos partidos, a Alternativa Popular Revolucionária continua com candidatos de várias organizações, expressas apenas na legenda do PCV, mas com o apoio militante do posto e do arquivo dos partidos intervencionados.

Em eleições tão particulares como as de 2020, realizadas em meio à pandemia, ao aumento das sanções econômicas internacionais, à política do governo entre duas águas e à terrível crise material da classe trabalhadora, a motivação para ir votar foi muito baixa, embora o número de eleitores que compareceu foi surpreendente, de acordo com os anúncios finais feitos pelo Conselho Nacional Eleitoral. Os resultados mostraram como a aliança PSUV ganhou, com mais de 70%, enquanto, na rua, a sensação foi de que a APR obteve mais votos do que o que apareceu na contagem final.

O bloco oficial formado pelo PSUV, Tupamaro (com intervenção), PPT (com intervenção), Somos Venezuela, Podemos, MEP (liderança resultante de um litígio), Alianza para el Cambio e ORA obteve 68% dos votos, enquanto os antigos partidos burgueses do AD-COPEI agora com diretivas próximas ao governo obtiveram cerca de 20% dos votos. A APR com a única legenda válida do PCV obteve apenas um assento, cerca de 3% dos votos, porém, conseguiu motivar o chamado chavismo revolucionário dissidente, parte importante do qual votou a favor da APR.

O resultado eleitoral precário da APR retardou o processo unitário e eclipsou parcialmente o poder do agrupamento abaixo do que havia gerado no início. Desde dezembro de 2020 e até a data da redação deste artigo, a APR não recuperou a iniciativa e o que ficou evidente foi um relançamento do PCV, nem sempre com propaganda unitária, mas fundamentalmente referenciado em sua autopercepção como um partido da classe trabalhadora.

No entanto, porta-vozes do PCV e do PPT como Oscar Figueras e “El Negro” Rafael Uzcategui, respectivamente, ressaltaram esta semana, que em abril será lançada a convocação para o Congresso Fundacional da APR, previsto para julho de 2021, em uma data em que os motores estão apenas aquecendo para um novo concurso eleitoral local e regional.

A convocação do Congresso fundacional da APR tem o desafio de decidir se é uma simples aliança de partidos para fins

eleitorais, ou se se torna uma ampla plataforma do movimento social, indivíduos, partidos políticos e grupos políticos com atividade além dos limites da democracia parlamentar. Somente neste último caso ele pode se tornar um fator dinamizador do espírito revolucionário do processo bolivariano e dos diferentes fatores do chavismo de base.

A APR é o fator mais progressivo nas circunstâncias atuais do país, portanto é essencial participar amplamente dos debates de seu congresso fundador, das definições táticas e de sua estratégia voltada para os interesses do mundo do trabalho contra o capital. Isto exige romper com as definições panfletárias que, longe de acrescentar, alienam os setores mais progressistas.

Em minha opinião, a APR deveria abrir um debate sobre o declínio do modelo petrolífero mundial e seu impacto sobre uma economia nacional alternativa, a crise ecológica e sua expressão na realidade nacional, a ofensiva neoliberal sobre a educação com expressões muito concretas de neo-privatização e estratificação social que estamos vivenciando no mundo em 2020, a estratégia feminista e antipatriarcal, a questão migratória e o necessário retorno de milhões de nacionais, que passa pela recuperação da economia nacional, entre outras agendas. A APR tem que superar a propaganda ideológica e entrar em definições estruturais anti-capitalistas contextualizadas na realidade da terceira década do século 21.

A esquerda venezuelana está envelhecendo, com uma crise de identidade rebelde e com graus de doença de Alzheimer. O chamado para este Congresso Fundacional da APR deve servir para relançar a esperança e a ilusão socialista e retomar o caminho anticapitalista por amplos setores do movimento social. A Revolução Bolivariana não está morta, a APR reúne o melhor dos sonhos insubmissivos de 27 de fevereiro de 1989.

0 movimento social

A tradição de uma parte importante da esquerda considera o partido (seu partido) como a síntese da verdade revolucionária e vê o movimento social como a frente das massas. Isto se materializou em práticas de cooptação e perda da autonomia dos trabalhadores e do movimento social em geral.

No caso da Venezuela, esta tradição tem impedido, entre outros fatores, a construção de uma poderosa e revolucionária coordenação dos movimentos sociais, sem uma confederação camponesa ou uma central de trabalhadores classistas. A experiência aponta para a construção de um forte movimento social autônomo em diálogo permanente com as representações políticas, mas não subordinado a sua lógica de negociação e cooptação.

A Central Socialista Bolivariana de Trabalhadores (CSBT) tornou-se um enorme aparelho burocrático de contenção e controle das lutas, nos antípodas do que seria um epicentro de combate e trabalho contra a lógica do capital no mundo do trabalho.

No entanto, nada é preto e branco. Assim como dentro da CSBT continuam a existir correntes de classe minoritárias e encurraladas, nas ruas estão surgindo importantes correntes insurgentes. O movimento comunal, especialmente em Lara, é um exemplo disso, assim como o incipiente movimento dos professores de base. As feministas de esquerda estão começando a mostrar um caminho autônomo do movimento anti-patriarcal, bem como o trabalho comunal nas grandes cidades.

Atualmente, está se desenvolvendo sub-repticiamente um movimento que escapa aos aparelhos de controle do governo, desenvolvendo dinâmicas de solidariedade e resistência que sugerem o surgimento de um poderoso movimento social a médio prazo.

Apenas uma parte deste movimento social emergente está atualmente ligada à APR, de modo que sua articulação real com

esta nova estrutura é incerta. Dependerá certamente da extensão e dos estilos de trabalho sobre os quais as pontes entre um e outro são construídas.

A grande maioria do movimento social atual é de esquerda, já que o movimento estudantil de direita foi duramente atingido pela dinâmica migratória dos últimos anos.

FANB

As Forças Armadas Nacionais Bolivarianas constituem hoje o setor organizado hegemônico do processo bolivariano. Não há questão governamental em que a presença militar não seja determinante. Isto constitui uma força inquestionável para conter e impedir as tentativas de agressão militar imperialista, apesar do fato de que a estratégia militar bolivariana de resistência não conseguiu romper com a lógica do quartel ou entrar em um processo constituinte de tomada de decisão. A manutenção da estrutura hierárquica clássica alimenta a visão autoritária sobre a dissidência e a crítica.

Por outro lado, o discurso militar que justifica a aliança com a China e a Rússia, como parte do processo de contenção do imperialismo, torna-se uma perda de soberania e retarda a radicalização do processo, já que as Forças Armadas não desenvolvem uma estratégia de resistência baseada no armamento popular e na dissolução dos quartéis nos bairros e comunidades.

Enquanto os comandantes médios e as bases militares sofrem a devastação da situação material atual, a estrutura hierárquica e disciplinar mais ligada aos benefícios da burocracia, torna-se, por sua vez, um elemento para garantir a unidade de comando.

O crescente protagonismo dos militares e a virada para a aliança militar-civil, alimenta a visão corporativa da política e se torna um elemento que parece ser determinante nos próximos meses e anos. A contradição fundamental neste

campo é determinada pela origem popular dos comandantes militares e pelas rápidas possibilidades de ascensão social que derivam do exercício do poder, em um Estado como o venezuelano, que continua sendo burguês.

Entretanto, a politização das Forças Armadas é um salto qualitativo historicamente falando, que força qualquer iniciativa política a ter uma linha de diálogo e trabalhar com o setor militar.

Os ex-funcionários críticos

A imprensa burguesa e setores da esquerda internacional deram uma visibilidade exagerada à dissidência de antigos altos funcionários do governo bolivariano, dada sua incidência quase nula nas áreas sociais e superestruturais. Como é sabido, com a chegada ao poder de Nicolás Maduro, após a morte de Hugo Chávez, houve o deslocamento de um setor de funcionários de alto escalão que se tornaram rostos familiares devido ao revezamento que haviam tido em múltiplas posições de alto nível.

Alguns deles representavam o espírito unitário inicial do processo revolucionário, enquanto outros faziam parte da lista de funcionários que desempenharam um papel conservador em diferentes momentos. Alguns deles se uniram às vozes de questionar e demonizar o debate que ocorreu em 2009 no Centro Internacional Miranda sobre as luzes e sombras do processo bolivariano e contra a hiper liderança e agora se apresentam como campeões do pensamento crítico. Outros, por outro lado, que nestes dias de crítica à burocratização do processo bolivariano, fazem parte da dissidência de ex-funcionários do governo claramente comprometidos com o projeto bolivariano inicial. A grande maioria é honesta e eticamente inquestionável, abertamente diferenciada daqueles que agora são críticos porque perderam sua conexão com os negócios do Estado, especialmente com o setor petrolífero.

Entretanto, a verdade é que esses ex-funcionários têm pouca ou nenhuma capacidade de conexão com o movimento social concreto. Portanto, suas ações têm incidência limitada na construção de correlações alternativas de forças, a menos que haja uma aproximação com o processo da APR; de fato, alguns deles chamaram voto a favor da APR em dezembro de 2020.

Os emigrantes

Talvez o setor que é menos valorizado quando se trata de análise e que pode ser decisivo na virada dos acontecimentos seja o dos emigrantes, aquelas centenas de milhares de nacionais que foram forçados a deixar o país como resultado da situação econômica e da deterioração das condições materiais de vida. Enquanto a oposição fala de seis milhões e o governo de dois milhões, a verdade é que não há quase nenhuma casa no país que não conte entre seus membros vários que saíram, especialmente os jovens.

A Venezuela não tem uma cultura de ver seus filhos partir em busca da sobrevivência, algo que raramente é conseguido, desencadeando angústia e raiva contra os fatores que são considerados como os desencadeadores desta situação.

Alguns retornam derrotados, para planejar uma nova partida, a grande maioria sobrevive fora em condições piores do que as da classe trabalhadora desses países. Mesmo a esquerda latino-americana não desenvolveu uma ampla campanha de solidariedade e acompanhamento à migração venezuelana, o que contribuiu para sua ala direita. O discurso de traidores para aqueles que partem em busca de salários que lhes permitam cobrir suas necessidades básicas impactou em diferentes níveis a esquerda regional que não entende bem o que está acontecendo na Venezuela.

Em um país de aproximadamente 32 milhões de habitantes e seis milhões de lares, falar de um número médio de quatro milhões de migrantes implica referir-se a um impacto direto no

imaginário e na consciência política de mais da metade das famílias do país.

Desde o processo bolivariano, nenhum discurso foi construído que leve em conta uma perspectiva revolucionária do fenômeno. A migração pode se tornar o terreno fértil para a construção de um discurso de direita e uma base social para projetos autoritários a curto prazo. Portanto, é urgente não apenas abrir um debate sobre o assunto, mas o desenvolvimento de uma campanha permanente da esquerda latino-americana para acompanhar o respeito pelos direitos e a inserção laboral dos migrantes venezuelanos nos diferentes países; estes jovens precisam alcançar a consciência de classe a partir da ligação com suas lutas e não apenas através do discurso.

Os setores despolarizados e despolitizados

O que cresceu desde a crise que se abriu em 2014 com a queda dos preços do petróleo, a paralisia da perspectiva revolucionária do processo e do ciclo de restauração, é a despolitização. Milhões de nacionais começam a ver, como no final dos anos oitenta e noventa, a política como um problema e não como uma solução. O retorno subterrâneo à antipolítica se traduz em uma despolarização silenciosa, algo que pode irromper a qualquer momento, orientando a mudança em qualquer direção.

A anti-política tem várias faces, desde assumir formalmente alguma narrativa para sobreviver, até o tédio e o refúgio em novas formas de competição a partir de baixo. Despolitização que atua como um “cada um por si” que ameaça eclipsar o que foi avançado nas últimas duas décadas em solidariedade social.

Em um país onde o movimento social é muito fraco e fragmentado, onde a esquerda é superestrutural e não se fundiu com o movimento de massas, a despolitização se torna o prelúdio para a busca coletiva de novos caudilismos, mesmo localizados nos antípodas do que tem sido a atual liderança.

Para romper com esta nova despolitização da esquerda, devemos nos reconstruir como organizações não apenas a partir da lógica militante, mas fundamentalmente a partir do movimento social. Não se trata de uma reedição do movimento, mas de desenvolver a proposta segundo a qual cada militante faz parte de uma prática social contínua, não como um enclave, mas como uma parte ativa. Isto implica em superar os velhos arquétipos do partido e a lógica das frentes de massa, algo que é mais difícil decidir do que fazer.

A ultra-esquerda

A ultra-esquerda é terrivelmente minoritária, super estrutural e com capacidade limitada de autogestão. A esquerda radical que veio de uma forte diáspora nos anos 80 e 90 do século XX, foi incapaz de tirar proveito da situação revolucionária aberta em 1998 para construir organização, tecido social, imprensa e mídia alternativa.

A influência da ultra-esquerda nos grêmios e sindicatos é muito fraca, praticamente inexistente no movimento indígena e camponês e apenas aprendendo com o movimento ecológico e feminista.

Com exceção do aporrea.org (2002-2021), otrasvoceseneducacion.org (2016-2021) e insisto-resisto (2021), não existem sites com capacidade de gerar seu próprio conteúdo e expressar um movimento concreto. Mesmo estas experiências são muito limitadas em seu raio de influência.

Marea Socialista, PSL e LUCHAS, entre outros fatores ultra-esquerdistas, são muito fracos e fracionados. Outras esquerdas da tradição popular guevarista ou nacional estão nas mesmas condições.

A posição da ultra-esquerda na APR será fundamental para sair de seu isolamento e fracionamento, mas ainda não está claro qual será a posição da maioria deles. Somente LUCHAS expressou publicamente sua intenção de fazer parte da APR.

A classe trabalhadora

A situação da classe trabalhadora é dramática, pois não foi capaz de construir um pólo autônomo de referência. Atualmente, a classe trabalhadora está na pior situação desde as lutas dos anos 30, sem organizações de classe e com uma estrutura institucional cada vez mais fechada. As práticas autoritárias de judicialização e repressão ao sindicalismo consciente de classe que são implementadas pelo Ministério do Trabalho dificultam os esforços de organização autônoma. Apesar da destruição dos salários reais e das piores condições de trabalho imagináveis, o movimento operário ainda não entrou na cena política.

Entretanto, fraudes, tentativas isoladas (trabalhadores do petróleo, saúde, professores, zona de ferro), um movimento contínuo de organização subterrânea, poderiam reverter esta situação. A luta por um salário mínimo de 300 dólares por mês, o direito à sindicalização autônoma, a negociação coletiva, o foro e a liberdade de associação podem contribuir para a ativação do movimento operário. No entanto, uma combinação de medo e resignação à situação de sobrevivência torna esta tarefa difícil.

O erro político de uma parte importante da esquerda latino-americana

Enquanto isto está acontecendo, o apoio ao governo bolivariano está caindo. Fatores de esquerda anti-capitalista que até recentemente apoiavam a revolução bolivariana estão começando a se distanciar e a se conectar com as novas formas de resistência. O importante é que muitos desses simpatizantes encontram na APR um elo de trabalho político, e assim o apoio ao processo revolucionário bolivariano é mantido.

No entanto, ainda existe uma esquerda acrítica que decidiu alinhar com o que o governo faz, sem levar em conta seu impacto sobre o mundo do trabalho. Esta esquerda, sem ligação

com o que está acontecendo na Venezuela, poderia contribuir muito mais se mantivesse o apoio à elucidação e uma crítica às crescentes sombras da ação governamental. Mesmo assim, poderia contribuir para a construção de uma frente revolucionária latino-americana de questionamento das medidas coercitivas do imperialismo americano, dos imperialismos europeus e do Grupo de Lima, que seguiria o caminho de acompanhar o aprofundamento anticapitalista do processo revolucionário venezuelano.

O trabalho da APR em nível internacional torna-se fundamental neste sentido e isto exige uma política internacional da APR que leve em conta a pluralidade de esquerdas que acompanham esta iniciativa. A maior amplitude na unidade de ação permitirá fortalecer a APR nacional e internacionalmente como um fator dinamizador do processo revolucionário bolivariano. Ali, o maior desafio é para o PCV, que deve construir uma lógica ampla de convergência e derrotar os fantasmas do sectarismo.

A Alternativa Popular Revolucionária (APR) no cenário pós-eleitoral e a convocação de seu Congresso Fundacional

A APR tem uma grande responsabilidade e possibilidade de se tornar uma opção plural revolucionária, anticapitalista e revolucionária de um novo tipo. Mas dada a correlação de forças que expressamos na análise dos atores, esta não pode ser uma organização contra o madurismo e suas claudicações, mas para empurrar o chavismo como um todo para a radicalização revolucionária. Nesse sentido, ela deve ter a capacidade de superar a tentação da política visceral e recuperar o horizonte estratégico. A APR pode gerar uma despolarização revolucionária da situação política venezuelana.

Entretanto, para o PSUV não convém esta ruptura de despolarização e tentará colocar todos os obstáculos em seu caminho. Esta realidade “cantada com antecedência” não pode levar a APR a se concentrar no mero confronto com madurismo, esquecendo a construção unitária nos territórios. A tarefa

central da APR é trabalhar para a unidade do campo bolivariano. Unidade não romântica, mas em busca de uma agenda verdadeiramente anti-capitalista.

Portanto, a luta contra as sanções imperialistas e o bloqueio econômico deve ser central na recomposição da unidade. Entretanto, isto não implica dar um centímetro nas críticas contra a burocratização, a conciliação de classes e o autoritarismo contra os setores populares e revolucionários que o governo está levando a cabo atualmente. Mas isso significa construir organizações, mecanismos e lógicas de independência de classe. Esta não é de forma alguma uma tarefa fácil, na atual conjuntura da luta de classes.

Retornando ao caminho da organização autônoma do movimento social e da esquerda anti-capitalista

A tarefa central da APR é acumular forças, em uma correlação de forças tão complexa como a que estamos descrevendo. Não é possível acumular forças com a conciliação, mas também não é possível com o confronto estéril. Cada luta, cada cenário deve ser construído com uma proposta clara, mas também com uma construção sustentada em cada território.

Para concluir, é necessário insistir na tarefa de transformar cada militante anti-capitalista em um arquiteto de novas experiências de organização popular, comunitária, operária, feminista e ecológica. Isto significa reconstruir a cultura política da esquerda venezuelana.

A APR não pode ser uma soma de cartas, slogans ou personalidades, mas a convergência da organização das resistências anticapitalistas na situação atual. Se tiver sucesso, o futuro da revolução bolivariana será salvo.

Um desafio que só pode ser compreendido e realizado na chave anticapitalista do século XXI.